

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data 25. 08. 98
cod. I6D06025

PROJETO CABOCLO

Um Plano Alternativo de Ocupação da Amazônia

* DARCY RIBEIRO

* WARWICK KERR

* MERCIO GOMES

* CARLOS MOREIRA

PROJETO CABOCLO

Um Plano Alternativo de Ocupação da Amazônia

A Amazônia é hoje objeto de escândalo mundial. A opinião pública ergue sua voz indignada contra a ameaça de sua iminente destruição. E não é para menos. Quem viu nos últimos 50 anos uma floresta tropical ainda mais pujante que a Amazônica -- a Floresta do Vale do Rio Doce, no sudeste do Brasil, com mais de 200.000 km²-- ser total e irreversivelmente devastada por madeireiros, carvoeiros e fazendeiros, não pode duvidar de que a Floresta Amazônica esteja sofrendo o mesmo processo de devastação, desta vez ainda mais possante pois movido a motosserra e trator de esteira. Recentes estudos e simulações em computador apontam o prazo final da destruição dessa floresta para até o ano 2.050, caso sejam mantidas as condições atuais de exploração.

Acresce que inevitavelmente uns 20 milhões de brasileiros estarão vivendo na Amazônia nas próximas décadas porque ela constitui um vazio demográfico onde opera uma vigorosa fronteira de expansão. Nessa dinâmica a destruição será fatal se a expansão continuar a se dar da forma que se está dando atualmente, que é a loucura de querer converter a floresta em pastagem ou derrubá-la para plantar soja ou o que quer que seja.

Um dos aspectos gravíssimos desse tipo de ocupação é que já erradicou da floresta mais da metade da população histórica e original da Amazônia, os índios e os caboclos --estes os descendentes do sincretismo cultural forjado entre a civilização rural européia-portuguesa e a própria civilização indígena. Essas populações foram lançadas nas grandes cidades da região, Belém, Manaus, São Luís, Porto Velho, que crescem como espantosos acampamentos tropicais famélicos.

Nessas circunstâncias a salvação do que é salvável da Amazônia depende de dois requisitos fundamentais:

1. Que a opinião pública internacional continue atenta como única força capaz de levar o governo brasileiro a interromper a atual política destrutiva e substituí-la por outra forma de coexistência entre a sociedade brasileira e a Amazônia.

2. Que se criem formas alternativas de ocupação da floresta fundadas nas experiências milenares dos índios e dos caboclos, as quais, em lugar de destruí-la, a vivificam, a enriquecem e a humanizam.

Esse segundo requisito, de urgência urgentíssima, precisa ser atendido através de pesquisas experimentais em que o objetivo fundamental não seja primordialmente aumentar o conhecimento científico da floresta mas a criação experimental e concreta de formas comunais ou cooperativas de ocupação que preservem as populações indígenas e caboclas que ainda estão na floresta, e que sejam auto-multiplicáveis.

Se, por um lado, está mais do que confirmado cientificamente que o modelo atual de ocupação e desenvolvimento da Amazônia provoca graves e cumulativas perturbações no seu ecossistema, sabemos, por outro lado, que as formas tradicionais de vida social daquela região, como a agricultura itinerante e algumas atividades extrativistas, não são necessariamente catastróficas para o equilíbrio biótico da Amazônia. Essas formas sustentaram a vida humana na Amazônia durante milhares de anos pré-colombianos e mesmo nos últimos 380 anos desde a ocupação efetuada pela expansão portuguesa na região.

Porém, as demandas sociais e econômicas atuais fazem com que essas formas alternativas/tradicionais sejam vistas como irrealis e inviáveis como base para um desenvolvimento sustentável na Amazônia. Portanto, faz-se necessário repensar essas formas alternativas com vistas a uma adaptação aos tempos atuais. É preciso, assim, priorizar estudos de caráter histórico e com fins prospectivos das potencialidades das formas tradicionais de adaptação humana na Amazônia. Dessa forma poder-se-á chegar à elaboração de planos novos e mais viáveis de ocupação permanente da Amazônia compatíveis com o desenvolvimento e o progresso do Brasil de hoje --sem destruí-la.

Embora não seja conclusivo e copioso, o conhecimento científico que vem sendo acumulado sobre a Amazônia permite pensar que já é tempo de se aplicá-lo a experimentos concretos que produzam resultados viáveis para a vida dos povos da Amazônia. Baseado no conhecimento antropológico, biológico e

ecológico que se tem atualmente, e que se pretende aprofundá-lo ainda mais, sobre as formas tradicionais de vida de comunidades amazônicas, o **Projeto Caboclo** pretende implementar experimentos ou projetos modelos que possam servir para provar que a ocupação permanente e ecologicamente equilibrada é possível na Amazônia.

Partimos da idéia de que as comunidades tradicionais da Amazônia, sejam índias, sejam caboclas, podem, com pequena ajuda de capitais em forma de salários temporários e de tecnologia intensiva de plantios de árvores frutíferas ou extrativistas regionais, ou de criação de animais (como jacaré, tartaruga, capivara, etc), adquirir um desenvolvimento sustentável capaz de satisfazê-las nos níveis econômicos e sociais exigidos pelo relacionamento com a sociedade brasileira mais ampla. Esta, na verdade, era a idéia básica de Chico Mendes --quando procurava enriquecer os seringais nativos-- que precisa ser ampliada para outras atividades econômicas possíveis nas diversas regiões da Amazônia.

Exemplos ou tipos de tais experimentos poderiam ser: um, a criação de bosques de árvores nativas frutíferas e sua exploração semi-industrial por comunidades caboclas, organizadas em cooperativas que articulassem e conciliassem as suas atividades de subsistência, de manutenção e melhoramento de seu equipamento físico, com o trabalho remunerado. Isso significa que, além do cultivo de roças, das atividades de caça e pesca, e da criação de animais domésticos para subsistência, essas comunidades se organizariam para implantar e manter aqueles bosques de árvores frutíferas para a produção de sucos e

concentrados para comercialização. E o caso do cupuaçu, do bacuri, do assai, do maracujá e de dezenas de outras frutas apropriadas para sucos e sorvetes. Experimentos concretos de implantação na mata de castanhais criados por enxertia estão abrindo já amplas perspectivas para a produção de castanha do Pará em larga escala.

Um segundo exemplo poderia ser a organização, nas mesmas bases cooperativas, de comunidades caboclas devotadas à criação comercial de peixes, tartarugas e jacarés, nas regiões de lagos. Aqui também se teria que projetar todo um sistema articulado de atividades, voltado para assegurar a reprodução das condições de vida daquela população, garantindo-lhe uma vida farta e a atenção necessária às atividades de criação comercial que viabilizaria a comunidades no plano econômico.

Um terceiro exemplo seria a implantação em ilhas da Amazônia de criatórios de espécies zoológicas como cutias, pacas e capivaras, em regime de semi-domesticação. Aqui também a idéia central é a organização cooperativa de comunidades caboclas, orientadas por pessoal científico, para ir estabelecendo as bases de implantação de criatórios de espécies silvícolas.

Nos três exemplos ou tipos de experimentos o propósito é começar a criar modos coletivos não destrutivos de adaptação e de desenvolvimento sustentável das comunidades à floresta tropical. Todas as experiências de colonização com pequenas propriedades esbarraram numa limitação básica que é a sua necessidade imperativa de viabilizar-se economicamente derrubando

a mata e plantando cultivos anuais. É de supor que, com base na experiência cabocla, isto possa ser feito desde que se abandone o primado do sistema de fazendas e seu imediatismo, que até agora regeu a organização econômica regional dominante, para situar, em seu lugar, o primado da existência comunitária e cooperativa, capacitada a realizar projetos de maturação mais lenta, como os bosques de árvores nativas frutíferas e a criação de peixes e outros animais, que garantam a sobrevivência autônoma e próspera das comunidades indígenas e caboclas. Assim é porque tanto as populações indígenas da Amazônia quanto as comunidades caboclas, quando não totalmente submetidas a um regime mercantil, têm uma existência muito mais farta e feliz do que as populações engajadas nos projetos modernos, aparentemente mais progressistas.

Esses três tipos de experimentos seriam transformados em tantos projetos modelos que possam ser implantados, os quais devem ser estudados e selecionados nas principais zonas ecológicas da Amazônia, do Acre, com seus seringaais e castanheais, às ilhas e lagos do Solimões e do próprio Amazonas, com a criação de peixes amazônicos (que atualmente já se produzem mais no Sul do país do que na Amazônia), além de criatórios de tartarugas e jacarés, no rio Tapajós e outros rios mais.

Para cada projeto modelo seriam mobilizadas 50 famílias que receberiam recursos e investimentos para se manter e ao mesmo tempo realizar a atividade produtiva central. Até alcançar autonomia e se estruturar na forma de cooperativas de produção e consumo, cada projeto constituiria uma comunidade com fins

específicos de produção econômica, mas tendo as bases culturais próprias de sua existência. Cada um se instalaria numa base territorial não menor que 5.000 hectares.

Uma vez consolidadas, essas comunidades se estruturariam como cooperativas regulares que passariam a operar como unidades multiplicáveis de ocupação da Amazônia, seja por si mesmas, seja através de programas públicos e privados de desenvolvimento regional ecológica e socialmente responsáveis.

VIABILIDADE

As chances de viabilidade e sucesso do projeto Caboclo se baseiam em alguns critérios de ordem científica e política. Em primeiro lugar, é um projeto que busca criar uma síntese entre a experiência histórica dos povos da floresta amazônica e as novas e imensas possibilidades que a biotecnologia abre para essa região. Nesse sentido, não é um projeto estruturado e dirigido para elaborar pesquisas científicas que ajudem a elucidar os complexos socio-ecológicos instaurados na Amazônia, mas para o aproveitamento das práticas decorrentes do conhecimento já estabelecido e que possam ser facilmente multiplicáveis.

Em segundo lugar, é um projeto brasileiro levado à frente por uma instituição brasileira sediada no Rio de Janeiro, o Instituto de Pesquisas Antropológicas do Rio de Janeiro -- IPARJ-- com largos anos de experiência e capacitação científica e administrativa, tendo prestado assessoria técnico-científica a empresas estatais brasileiras que trabalham na região amazônica, como o antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) --atual IBAMA--, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e as Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás), estas duas últimas através de políticas de meio ambiente determinadas pelo Banco Mundial.

Em terceiro lugar, o Projeto Caboclo pretende ser levado ao campo com a ajuda e colaboração das principais instituições nacionais e estrangeiras dedicadas ao estudo dos trópicos, especificamente da Amazônia, dentre as quais se

destacam o Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas (INPA), o Museu Goeldi, e seus congêneres na França, Holanda e Alemanha. Essa colaboração seria dada pela designação de assessores técnicos e científicos, permanecendo a regência do Projeto sob a orientação do IPARJ.

Em quarto lugar, as atividades do Projeto se realizarão em duas esferas ou em duas bases territoriais específicas. A de administração financeira e alta orientação científica, sediada exclusivamente no Rio de Janeiro; e a de campo, realizada dentro das comunidades experimentais onde se situariam os viveiros, laboratórios ou quaisquer serviços que forem necessários, sem criar jamais órgãos ou instituições intermediários. Dessa forma pode-se garantir que não menos de 85% dos gastos financeiros do Projeto venham a ser revertidos ao atendimento das comunidades e ao seu equipamento operacional.

EQUIPE DE IMPLEMENTAÇÃO

Para a implementação do Projeto Caboclo propõe-se a estruturação de uma equipe multidisciplinar de especialistas em antropologia, ecologia e biologia coordenada pelo Instituto de Pesquisas Antropológicas do Rio de Janeiro --IPARJ-- que conta com um trabalho e experiência profunda na Amazônia, tendo os seus membros produzido e publicado teses de doutorado, livros, artigos em revistas especializadas e projetos de desenvolvimento sustentável sobre diversos povos indígenas e comunidades caboclas da Amazônia. Os pesquisadores e cientistas Darcy Ribeiro, Warwick Kerr, Mercio Gomes e Carlos Moreira estariam na direção dessa equipe e seriam responsáveis pela concepção teórica e organizatória dos projetos modelos, os quais seriam implantados em campo por uma equipe de especialistas regionais com experiência e conhecimento compatíveis com essa atividade. (Em anexo seguem resumos de *curricula vitae* desses cientistas).

Os projetos modelos seriam estudados e selecionados através de um pré-projeto com duração de 9 a 12 meses, após o que cada projeto seria implantado e teria um prazo de duração de 5 a 7 anos, ao final do qual cada comunidade se acharia em condições de auto-sustentação. Pode-se prever e medir como escala de sucesso do Projeto Caboclo o resultado positivo final de cerca de metade dos projetos modelos implantados.

CUSTOS

Para efeitos de implementação e custos, o Projeto Caboclo está dividido em duas fases. A primeira, ou o Pré-projeto, compreende um conjunto de atividades de concepção e organização, com um corpo específico de cientistas e com duração de 9 a 12 meses. As principais atividades para as quais será preciso financiamento são:

- contratação de cientistas encarregados da concepção e organização do Projeto, sem prejuízo das suas atividades normais
- visitas a zonas ecológicas e regiões onde poderão ser implantados os projetos modelos
- estudos de viabilização e escolha dos lotes ou bases territoriais onde serão implantados os projetos modelos
- escolha e contratação de especialistas regionais ou "gerentes de campo"
- treinamento desses gerentes de campo em práticas administrativas e em técnicas de enxertia e outras práticas de biotecnologia de eficácia devidamente comprovada
- levantamento das famílias que participarão de cada projeto modelo
- definição com precisão de cada projeto modelo em níveis de detalhe que programe pelo menos todo o primeiro ano de trabalho em termos de:

- assentamento da comunidade na sua base territorial na floresta
- montagem das instalações iniciais de subsistência e de operação da nova economia, com especificação precisa dos bosques frutíferos que serão nela implantados, começando pelos sementais de enxertia, bem como das atividades de pesca e criação de animais que nela possam ser explorados.

Os custos estimados para a realização desse Pré-projeto, com duração mínima de 9 meses, fica na ordem de US\$ 250.000.

A segunda fase de implementação do Projeto Caboclo compreende a implantação propriamente dita e a administração contínua de cada projeto modelo. Estima-se preliminarmente que os custos globais de cada projeto modelo, pela duração mínima de 5 anos, estão na ordem de US\$ 680.000 calculados da seguinte forma:

1. Sustentação econômica de cada projeto/comunidade

1 com. x 50 fam. x 60 meses x US\$ 120 = US\$ 360.000

2. Instalações materiais

ranchões comunitários provisórios, meios de produção, instalação de áreas de atividades sociais, inclusive escolas; grupos de geradores; meios baratos de transporte, etc

US\$ 60.000

3. Inversões tecnológicas

(instalação de viveiros, compra de mudas, etc)

US\$ 50.000

4. Pessoal	US\$	120.000
Gerente de campo		
(1 x 60 meses x US\$ 1.000)	US\$	60.000
Assessoramento científico		
(2 x US\$ 1.500 x 20 meses)	US\$	60.000
		60.000
5. Administração	US\$	90.000
60 meses x US\$ 1.500,		

Total	US\$	680.000

Portanto, para que o Projeto Caboclo seja iniciado e tenha viabilidade teórica e instrumental serão precisos recursos da ordem de US\$ 250.000, que é a fase do Pré-projeto. Para ter viabilidade prática serão necessários US\$ 680.000 para cada projeto modelo a ser instalado. Pode-se prever que os custos por projeto modelo cairão consideravelmente se forem instalados ao mesmo tempo e por uma mesma fonte de recursos dois ou mais projetos modelos. Em nenhum momento os custos de administração podem alcançar mais de 15% do custo global. Dessa forma, cumpre-se a intenção de reverter 85% dos recursos nas comunidades/projetos modelos.

DARCY RIBEIRO

Antropólogo, professor universitário, educador e romancista, nascido em Minas Gerais, em 1922, formado pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (1946), trabalhou no antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) de 1947 a 1956, onde fundou o Museu do Índio, em 1954. Criador e primeiro reitor da Universidade de Brasília (1958-62), organizador e modernizador de diversas universidades no Uruguai, Venezuela, Peru, Costa Rica e Argélia (1964-1974), criador do sistema de educação integral no Rio de Janeiro (1982-1986), idealizador do Memorial da América Latina, em São Paulo, (1987-1989). É autor de livros de antropologia, entre os quais, estão *Os Índios e a Civilização*, *O Processo Civilizatório*, *As Américas e a Civilização*, *Teoria do Brasil*, *Arte Kadiwêu*, *Wirá sai a procura de Deus* e de romances como *Maira*, *Utopia Selvagem*, *O Mulo*, e *Migo*. É doutor honoris causa pela Universidade de Sorbonne e professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade de Brasília.

Pesquisou, conheceu e escreveu sobre os povos Kaingang, Xokleng, Ofayé-Xavante, Kadiwêu, Bororo, os índios Xinguanos e os Urubu-Kaapor. Foi o idealizador do Parque Nacional do Xingu, o primeiro exemplo de implantação no Brasil do conceito de que os índios devem manter seus territórios originais para a sua sobrevivência cultural.

É diretor de pesquisas do IPARJ.

MERCIO GOMES

Antropólogo, professor universitário, nasceu no Rio Grande do Norte, em 1950, estudou nas universidades do Oregon, Tulane e Florida, Estados Unidos da América, onde, em 1977, obteve o seu doutorado com a tese "The Ethnic Survival of the Tenetehara Indians of Brazil". Fez pesquisas de campo entre **farmers** nos Estados Unidos da América e entre os índios Tenetehara, Guajá, Parakanã e Avá-Canoeiro, além de comunidades caboclas no Maranhão, Pará e Rondônia. Escreveu artigos sobre política indigenista, economia de povos indígenas e cultura brasileira. É autor do livro *Os Índios e o Brasil*. Coordenou pesquisas e trabalhos relacionados com a construção de hidrelétricas em áreas indígenas no Pará, Amazonas, Rondônia, Bahia, Paraná e Rio Grande do Sul.

É professor de Antropologia na UNICAMP, Campinas, SP e presidente do Instituto de Pesquisas Antropológicas do Rio de Janeiro - IPARJ.

CARLOS MOREIRA

Antropólogo e etnohistoriador, nascido em Minas Gerais, em 1929, bacharel em Direito e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade do Paraná, (1952-56), recebeu sua formação antropológica através do primeiro curso de pós-graduação ministrado no Brasil, organizado por Darcy Ribeiro no Museu do Índio (1956-1957). Fez seu doutorado pela Faculdade de Filosofia de Rio Claro (UNESP), São Paulo, (1972), com a tese "A Política Indigenista no Brasil no século XIX", considerada um dos marcos da pesquisa histórica nas relações interétnicas no Brasil. Fez suas primeiras pesquisas de campo com os índios Kayapó, em 1957, com quem ainda mantém estreitos laços de relacionamento. Foi pesquisador do Museu Goeldi (1958-59), professor associado de Etnografia do Brasil, da Universidade do Brasil (1960-61), trabalhou no Serviço de Proteção aos Índios (1963-64), foi pesquisador do Instituto Indigenista Interamericano, com sede no México, através do qual conheceu diversos povos indígenas do México, da Colômbia, Venezuela e Peru (1964-66). Foi diretor do Museu do Índio, no Rio de Janeiro, (1981-82; 1985) onde criou um centro de documentação indígena com material do antigo Serviço de Proteção aos Índios e dos primeiros anos da FUNAI.

É autor de diversos artigos publicados em revistas especializadas em antropologia e em coletâneas e do livro "Índios da Amazônia: De Maioria a Minoria".

É pesquisador-bolsista do CNPq desde 1968, e trabalha como consultor e diretor de publicações do IPARJ.